



MINICURSOS QUE ACONTECERÃO DURANTE O EVENTO

1. JUDITH BUTLER: VIOLÊNCIA, VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA

Proponentes: Tarsila Chiara Santana (Mestranda em Antropologia Social/UFRN); Jainara Gomes de Oliveira (Doutoranda em Antropologia Social/UFSC); Mariana Melo (Doutoranda em Sociologia/UFPB)

A partir de uma leitura crítica das principais obras de Judith Butler, filósofa pós-estruturalista estadunidense e uma das principais teóricas dos estudos queer, este minicurso pretende apresentar uma sucinta introdução aos seus conceitos de violência, vulnerabilidade e resistência. Com essa proposta, e seguindo a linha analítica de Butler, pretende-se reformular os conceitos de vulnerabilidade e resistência, ambos difundidos em vários discursos teóricos como opostos. Também pretende-se reformular a relação entre a violência e a crítica do poder do Estado. Veremos, a partir da perspectiva performativa de Butler, como a vulnerabilidade e a resistência não são opostas e podem ser concebida como parte de uma agência política. Mais: a vulnerabilidade não requer e não implica, fundamentalmente, nem proteção e nem fortalecimento de formas paternalistas de poder, ao contrário, pode-se conceber, de maneira alternativa, a vulnerabilidade como uma das condições da própria possibilidade prática de resistência. Essa perspectiva alternativa, por sua vez, nos leva a problematizar de que forma a vulnerabilidade e resistência estão relacionadas ao problema da violência. Para tentar responder à essa questão, procurar-se-á evidenciar o potencial político da exposição dos corpos em assembleias públicas, mas também os enquadramentos normativos que molduram as vidas que são vivíveis e as vidas que não são passíveis de luto. Este minicurso será organizado em dois momentos: em primeiro momento, uma contextualização das principais obras de Butler e das circunstâncias nas quais essas obras são produzidas; em um segundo momento, haverá a apresentação e sistematização dos conceitos de violência, vulnerabilidade e resistência. Para tanto, será imprescindível a leitura da bibliográfica de referência. Por fim, o minicurso terá duração máxima de 4 horas e será realizado em forma de exposição oral.

Bibliografia de referência: Butler, Judith. Parting Ways: Jewishness and the Critique of Zionism, 2013; Butler, Judith. Frames of War: When Is Life Grievable?, 2009; Butler, Judith. Giving an Account of Oneself, 2005; Butler, Judith. Undoing Gender, 2004; Butler, Judith. Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence, 2004; Butler, Judith. Antigone's Claim: Kinship between Life and Death. 2000. Butler, Judith. Excitable Speech: A Politics of the Performative, 1997; Butler, Judith. The Psychic Life of Power: Theories of Subjection; Butler, Judith. Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex', 1993. Butler, Judith. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. 1990/1999; Butler, Judith. Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France, 1987.

2. O DIREITO COMO INSTRUMENTO (DE NEGAÇÃO) DA CIDADANIA DAS SEXUALIDADES DIVERGENTES

Proponentes: Profa. Dra Michelle Barbosa Agnoleti (UEPB); Prof. Dr. José Baptista de Mello Neto (UEPB)

RESUMO: O minicurso tem por objetivo analisar de que forma os direitos e a cidadania das sexualidades ditas divergentes são garantidas e/ou negadas no ordenamento jurídico, nas teorias jurídicas e nas interpretações e decisões judiciais. A partir dessa análise verificar-se-á como o Direito, em suas várias faces, tem agido e reagido na construção ou na negação de uma cidadania igualitária. **Palavras-Chave:** Sexualidades Divergentes. Cidadania. Direitos. **EMENTA:** Aspectos Introdutórios: Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Diferenças, Diversidades e Igualdades. O Estado Democrático de Direito: da igualdade formal a igualdade substancial. **OBJETIVOS:GERAL:** - Quebrar paradigmas e superar tabus por meio da formação de Pessoas comprometidas com o atendimento de demandas da sociedade na qual elas se inserem, transformando essa mesma sociedade, dotando-a de instrumentos para a promoção do respeito às diferenças. **ESPECÍFICOS:** - Fomentar discussões/reflexões sobre os Direitos e a Cidadania das Sexualidades ditas Divergentes. - Promover estudos sobre a (IN)existência de leis que assegurem Direitos e Cidadania das Pessoas LGBT. - Demonstrar que as diferenças não podem continuar sendo usadas como instrumento para perpetuar tratamentos desiguais e discriminatórios. - Comprovar que a existência das mais variadas formas de diversidade deve ser vista e trabalhada como própria da condição humana. **METODOLOGIA:** aula expositivas com auxílio do quadro e pincel, utilização do data show e debates em sala. **CARGA HORÁRIA:** o minicurso terá uma carga horária total de 04h/a. **6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:** Orientação Sexual e Identidade de Gênero: conceitos introdutórios. Diferenças, Diversidades e Igualdades. Da Igualdade Formal à Igualdade Substancial. Transexuais: mudança do prenome e do gênero no registro civil e a ocupação de espaços conforme a identidade de gênero. O Estado Democrático de Direito e o Enfrentamento do Preconceito e a Discriminação. O Direito como Instrumento de Manutenção ou de Mudança do Status Quo. O Legislativo, o Executivo, o Judiciário e a Garantia dos Direitos e da Cidadania das Sexualidades Divergentes.

REFERÊNCIAS: AGUIAR, Roberto A. R. de. Direito, Poder e Opressão. - São Paulo: Alfa-Omega, 1984. _____. O Que é Justiça: uma abordagem dialética. - São Paulo: Alfa-Omega, 1982; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito à Não Discriminação e Homofobia no Brasil, Resoluções Internacionais e a Constituição de 88. In: José Luiz Quadros de Magalhães. (Org.). Direito à Diversidade e o Estado Plurinacional. Belo Horizonte: Arraes, 2012, p. 1-18. Também disponível em <http://www.juristas.com.br/informacao/revista-juristas/homofobia-no-brasil-resolucoesinternacionais-e-a-constituicao-de-1988/1138/>; BAPTISTA, Conrado Luciano, Criminalização da Homofobia e sua Constitucionalidade: um contributo à discussão do PLC no 122/2006. São Paulo: Clube dos Autores, 2011; _____. Debate Nacional do Preconceito e da Discriminação: um contributo à discussão dos objetivos fundamentais do estado brasileiro. São Paulo: Clube dos Autores, 2013; BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito (O Triunfo Tardio do Direito Constitucional no Brasil). In Interesse Público – ano 7, nº 33, setembro/outubro de 2005 – Porto Alegre: Notadez, pp. 33/43; _____. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flavia (Org.). Igualdade, diferença e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008; BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 – (Ensaio Geral, 1); _____. Por uma Teoría Queer del Derecho de las Personas y las Familias. In Direito, Estado e Sociedade, n o 39, jul/dez/2001, pp. 27 a 51. Disponível em <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/artigo2.pdf> BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. Parcerias Homossexuais: aspectos jurídicos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002; BRASIL. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual / elaboração / organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da

Saúde, 2004; _____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277. Requerente: Procuradora-Geral da República. Relator: Min. Ayres Britto. 5 maio 2011. Disponível em: . _____. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132. Requerente: Governador do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Ayres Britto. 5 maio 2011; _____. Recurso Extraordinário (RE) 845779, Parecer do Procurador Geral da República. Disponível em <http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4657292>; _____. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNLGBT. Brasília: SDH/PR, 2009; CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas; Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_295.PDF. Acesso em 09/07/2008.

CHAVES, Marianna. Homoafetividade e direito: proteção constitucional, uniões, casamento e parentalidade: um panorama luso-brasileiro. Curitiba: Juruá, 2012; COELHO, Luiz Eduardo de Toledo. Os direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana às relações privadas. In: Revista de Direito Constitucional e Internacional. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. São Paulo, n° 67, 214-243, abr./ jun. 2004; CORREIA, Sonia Onufer e MUNTARBHORN, Vitit. Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Disponível em http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf; DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 4ª ed.. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007; _____. União Homoafetiva: o preconceito & a justiça. 4º ed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2009; ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Legislação e Jurisprudência LGBTTT: Lésbicas – Gays - Bissexuais – Travestis – Transexuais – Transgêneros: atualizada até 09.2006; KOTLINSKI, Kelly (Org). Brasília: Letras Livres, 2007; LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: 2009, pp. 85/93; MELLO NETO, José Baptista de, e AGNOLETI, Michelle Barbosa. Dignidade Sexual e Diversidade Humana: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves. (Org.). Direitos Humanos: capacitação de educadores - Fundamentos Culturais e Educacionais da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, v. 2, p. 57-72; OEA. Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atosinternacionais/multilaterais/convencao-interamericana-contra-toda-forma-dediscriminacao-e-intolerancia/> OEA. Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade e Expressão de Gênero. Disponível em <http://www.oas.org/council/pr/CAJP/direitos%20humanos.asp> ONU. Nascidos Livres e Iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos. Disponível em http://www.onu.org.br/img/2013/03/nascidos_livres_e_iguais.pdf PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. Preconceitos contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008; RIOS, Roger Raupp. O Princípio da Igualdade e a Discriminação por Orientação Sexual: a homossexualidade no Direito Brasileiro e Norte-Americano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002; _____. A Homossexualidade no Direito. 1a . ed. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado: 2001; GOLIN, Célio, e LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Homossexualidade e Direitos Sexuais: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011; SEFFNER, Fernando. Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Vulnerabilidade Social. In: Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. Org. Gustavo Venturini e Vilma Bokany. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, pp. 39/50; SILVA JUNIOR, Enézio de Deus. A possibilidade jurídica de adoção por casais homoafetivos. Editora Juruá: 2011; SOUZA, Francisco Loyola de [et al.]; orgs. COLIN, Célio. A Justiça e os Direitos de Gays, Lésbicas: jurisprudência comentada. Porto Alegre: Sulina, 2003; VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452007000100003&script=sci_arttext VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org). Minorias Sexuais. Direitos e Preconceitos. Brasília. Consulex, 2012; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Manual de Homoafetividade: da possibilidade Jurídica do casamento civil, união estável e da adoção por casais homoafetivos. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

3. POR UMA EDUCAÇÃO “TRANSVIADA”¹

¹ Berenice Bento (2015) usa o termo “transviado” para traduzir culturalmente o termo “queer” para o Brasil. O “queer” (bicha) no contexto norte-americano se refere a tentativa de positivar a injúria em lócus de identificação

Proponente: Prof. Dr. Fabrício de Sousa Sampaio (Professor de Sociologia do ensino médio/SEDUC/CE)

A educação como processo socializador se vincula profundamente a laços de normalização, classificação e diferenciação social dos sujeitos. A educação na sua função normalizadora não deixa de contemplar em suas práticas curriculares essas violências. Uma perspectiva “queer” ou “transviada” parte do reconhecimento das diferenças (MISKOLCI, 2016) e da desnaturalização e desconstrução dos processos normativos que são acionados durante o cotidiano escolar para sustentar a heteronormatividade: diversas pedagogias da exclusão, da sexualidade, do “armário” e do “insulto”. O objetivo desse minicurso é desconstruir os processos normativos acionados na educação brasileira a partir das assertivas “queer” ou “transviadas” e principalmente de categorias utilizadas por Judith Butler (2002, 2006, 2010, 2016) tais como enquadramento, inteligibilidade, reconhecimento, vulnerabilidade, precariedade, performatividade de gênero, abjeção. O minicurso se propõe a repensar as práticas educacionais brasileiras numa tentativa de fomentar uma educação na/pela/para diferença e contra-heteronormativa não apenas nos processos escolares como também nas formações de professores. A proposta do minicurso se estrutura basicamente nos seguintes momentos: Discussões teóricas e conceituais com foco no pensamento de Judith Butler; Dinâmicas coletivas de desconstrução dos ditames da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória; Exibição e discussão de cenas fílmicas acerca da educação brasileira; Identificação, socialização e problematização de processos normativos de exclusão pertencentes ao cotidiano escolar brasileiro.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. 3.ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; _____. Deshacer el género. Tradução de Patrícia Soley-Beltran. Barcelona: Paidós, 2006; _____. Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del ‘sexo’. 1.ed. Buenos Aires: Paidós, 2002; _____. Vida precária: el poder del duelo y la violencia. Trad. Fermín Rodríguez. 1.ed. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2006b; _____. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016*; MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, UFOP, 2016.

4. PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO: PRACTICAS DRAG-KING-QUEER-LITERÁRIAS

Proponente: Méliða Paola Frye Córdoba (Doutoranda em Letras/UEL)

Resumo: O objetivo deste minicurso é refletir sobre o conceito de gênero teoricamente para incorporar o dispositivo “drag” Objetivo específico é performer os corpos e corporeidades desde as histórias de travestismos femininos-masculinos. Desfazer e des)construir a feminilidade/masculinidade-homem/mulher através dos personagens ficcionais; Orlando de Virginia Woolf, Antonia do Romance Corpo náufrago de Ana Clavel. Triunfo dos pelos de Artusa Von, Helena Vadia e as histórias de travestis e transformistas no cine; Victor-Victoria, a Agrado de Pedro Almodovar. Neste viés, as identidades não são naturais, são construções socioculturais (Butler, 2001) que envolvem sentimentos e desejos diferentes aos normas hetero-pariaicais. Porém ter uma prática “Drag King queer” desmonta a “realidade” e invita a pensar-se maiores discussões na academia e na vida cotidiana. Programa: 11 de outubro 2017. Carga horária: 4 horas. Número de vagas: doze pessoas. 13.30 às 14:30. Apresentação da temática do gênero, leituras e vídeos sobre a performatividade de gênero. Oppressed Majority. Um curto que critica os papeis

sociais que representam mulheres e homens na sociedade a inversa (os homens realizam os papéis estereotipados de mulheres e vice-versa).

14:30 às 15h. Leitura em grupo de trechos literários sobre histórias de travestismos. Seleção dos personagens Drag e representação e performance. Preparação e representação do Drag king-Queen Literário. Mudanças de roupas, fabricação de barba e figurino. 15:00 às 15:30h. Desfile e passarela trans- transvestis de performance de gênero, debate das experiências prática-teórica.

Referencias: BUTLER, J. El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad, Buenos Aires, Paidós. 2001; DE CAPRIO, Pamela. Feminilidade dissonante em cena: uma exploração andrógena e vadia do mito de Helena. Campinas. UNICAMP. 2014; PRECIADO, Beatriz. Manifiesto contra-sexual. Tradução de Julio Diaz e Carolina Meloni. Madrid: Editorial Ópera Prima, 2012; VON, A. Triunfo dos pelos e outros contos gls. Edcoes. Gls. 2000; WOOLF, V. Orlando (J.L. Borges, trad.). México: Editorial Hermes. S.A. 1983. **Filmes:** Victor ou Vitória? Comédia musical/Romance. Henry Mancini, Leslie Bricusse. Metro-Goldwyn-Mayer 1982; Todo sobre mi madre. Trad. Tudo sobre minha mãe. Drama/Comédia dramática. Pedro Almodóvar. 1999; Oppressed Majority. Recuperado 22 de fevereiro 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=90TqbchFQYY> Vídeo-curto. 2010.

5. FEMINISMOS PÓS-COLONIAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS FEMINISMOS CIGANOS, ISLÂMICOS E AFRICANOS

Proponente: Alyne Isabelle Ferreira Nunes (Doutoranda em Sociologia/UFPE); Daniel Monteiro do Nascimento (Doutorando em Sociologia/UFPE)

O objetivo deste minicurso é compreender as múltiplas perspectivas dos feminismos contemporâneos, entendendo que seus desdobramentos são fruto de uma ineficiência que o feminismo branco vem mantendo perante as diversas experiências das mulheres. Os movimentos feministas que optam pela não classificação perante a opressão que sofrem trabalham com uma categoria inexistente de mulher universal. Esses movimentos partem de uma realidade e opressões generalizadas que não contemplam as múltiplas vivências. O escasso diálogo e/ou silenciamento que os movimentos feministas brancos insistem em manter ignoram outras dimensões opressivas, tais como as questões de raça, geração, corpos, localidade, religião, sexualidades etc. Diante dessa invisibilidade as mulheres, que não se sentem contempladas pelo discurso dos movimentos universais, buscam alternativas de resistência entre seus pares e aliadas (os) se apropriando das pautas políticas que de fato interessam aos seus movimentos. As reflexões acerca dessas problemáticas partirão de três movimentos feministas: feminismos ciganos, feminismos islâmicos e feminismos africanos. Pretendemos demonstrar como ocorreu o processo de formação, as pautas, formas de resistência e como se organizam as relações de poder na construção da identidade, central para o reconhecimento e pertencimento ao grupo. O minicurso propõe além de uma discussão sobre a necessidade de uma perspectiva interseccional, dialogar com os presentes sobre a questão referente ao reconhecimento dos privilégios, sobre as dificuldades de se estabelecer enquanto movimento dentro do contexto de opressão em que os mesmos surgem, repensando questões sobre essencialismos, racismo, xenofobia, LGBTfobia, estereótipos e a condição das mulheres nessas sociedades. Para a realização do minicurso iremos utilizar uma estrutura física simplificada que contará com data show e caixas de som além de um material impresso contendo um esquema com os tópicos norteadores da exposição oral acrescida das referências bibliográficas (básica e complementar).

6. JUDITH BUTLER E O PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAH ARENDT

Proponente: Alexandre Nunes de Sousa (Doutorando em Cultura e Sociedade/UFBA)

Professor da UFCA. Coordenador do Grupo de Estudos de Gênero e Mídia – GEMI)

Se durante os anos 1990, a autora de “problemas de gênero” ficou mundialmente conhecida por revolucionar os modos de pensar e de fazer políticas feministas, a partir dos anos 2000 vemos Judith Butler ampliar seus argumentos acerca da abjeção incluindo outros campos da vida social para além das, mas não excluindo, questões de gênero. A articulação entre abjeção e precariedade será fundamental para Butler pensar temas contemporâneos como migrações ilegais, refugiados, conflito Israel-Palestina e ainda, a exposição de outras populações à vulnerabilidade social, inclusive aquelas que performatizam gêneros inconformes. Neste contexto, Hannah Arendt aparece como uma interlocutora fundamental na obra recente da filósofa americana. Assim, o minicurso tem por objetivo discutir a influência do pensamento de Hannah Arendt na obra de Judith Butler e em formulações como: vida precária; despossessão; performatividade da política. Para tanto, pretendo realizar uma breve introdução à Hannah Arendt e suas principais obras: “Origens do totalitarismo” (1951); “A condição humana” (1958); “Eichmann em Jerusalém” (1963). Em seguida, será debatida a influência destes três livros nos escritos de Judith Butler: “Relatar a si mesmo (2005); “Who sings the nation?” (2007), com Gayatri Spivak; ; Caminhos partidos (2012) e “Notes toward a performative theory of assembly” (2015). Serão discutidas também noções-chave presentes nas duas autoras, tais quais: espaço de aparecimento, coabitação e ação política. Durante a exposição haverá a exibidos trechos do filme “Hannah Arendt” (2013) e do documentário “Vita Activa: The Spirit of Hannah Arendt” (2015). Com o diálogo estabelecido junto aos/as inscrites/as pretende-se refletir sobre alguns dos aspectos formulados por Judith Bulter em sua obra recente, a qual permanecera inédita no Brasil até pouco tempo. Programa: 1. Introdução a Hannah Arendt; 2. Hannah Arendt: do mal radical ao mal banal; 3. Introdução a Judith Butler: performatividade de gênero e abjeção; 4. Judith Butler leitora de Hannah Arendt. Nº máximo de inscrições: 20.

REFERÊNCIAS: ARENDT, H. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; _____. Eichmann em Jerusalém. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; _____. A condição humana. 10. ed. Rio e Janeiro: Forense Universitária, 2001; BUTLER, J. Caminhos partidos. São Paulo: Boitempo, 2017; _____. Relatar a si mesmo. São Paulo: Autêntica, 2015ª; _____. Notes toward a performative theory of assembly. London: Harvard University Press, 2015b; _____. Problemas de gênero. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; BUTLER, J; SPIVAK, G. Quien le canta al estado-nación? Buenos Aires: Padiós, 2009;

7. POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Proponente: Mychelton Santana da Silva Santos (UFPE. Psicólogo Clínico, Especialista em Gestão em Saúde Pública, residente em Atenção à Saúde – Saúde da Família)

O minicurso (MC) está sendo formatado com inspiração no curso Política Nacional de Saúde Integral LGBT, o qual foi organizado em parceria entre o ministério da Saúde e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro por meio da rede UNA-SUS. A proposta do MC é trabalhar com a lógica do Apoio Matricial (instrumento amplamente utilizado, sobretudo, na atenção básica, porta de entrada dos serviços de saúde pública). O minicurso objetiva contribuir, com os participantes, especialmente os(as) profissionais de saúde, notadamente os(as) trabalhadores(as) do SUS para que realizem suas ações de cuidado, promoção e prevenção, com qualidade, de forma equânime, garantindo à população LGBT acesso à saúde integral, melhorando, portanto, a saúde deste grupo populacional. Espera-se aumentar as competências e conhecimentos científicos, humanísticos e éticos sociais dos participantes, refletindo a importância do acesso equitativo com garantia de direitos humanos. Para isto, o minicurso estrutura-se de modo a contemplar

aspectos de gênero e sexualidade, estudo da política LGBT e acolhimento e cuidado a referida população, podendo contemplar os seguintes tópicos: Diversidade sexual e relações de gênero; Sexualidades; Travestilidade e transexualidade; Determinantes sociais da saúde e a população LGBT; A dimensão de gênero e da diversidade sexual pelos profissionais de saúde; Introdução aos estudos da política LGBT; A participação da comunidade LGBT no SUS; Nome social; Interface com outras políticas de saúde; Intersetorialidade; Compreendendo a política de saúde integral LGBT; Refletindo sobre acolhimento e cuidado à população LGBT; Acesso e acolhimento nos serviços de saúde; Violência contra a população LGBT; Saindo da teoria e transformando a prática; Orientações para o atendimento profissional e institucional da população LGBT; Modificações corporais; HIV/Aids, Hepatites virais e outras DST.

7. MULHERES EMPODERADAS: TECENDO RESISTÊNCIA, BUSCANDO VISIBILIDADE E REPRESENTAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Proponente: Prof. Dr. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA JUNIOR (NEAB-Í/UEPB.); JESSICA KALINE SANTOS VIEIRA (UEPB, Professora da rede de ensino privado)

É inegável que ao longo da história, e em particular a do Brasil, as mulheres foram relegadas a segundo plano. O ideal construído pelo discurso da família, da sociedade e da Igreja Católica era que as mulheres deveriam ser boas filhas, esposas e mães dedicadas e zelosas, e isto restrito ao ambiente privado. Foi assim que foram construindo a história entorno das mulheres, de resignação e subserviência, de silêncios e solidão, porém, se muitas resistiram a este engessamento social e até sexual, estas foram execradas pela família e excluídas socialmente, enquanto que muitas outras continuaram a viver à sombra de seus companheiros. Mas, a história também é feita de rupturas, a espera foi longa para começar a romper os preconceitos, tabus e exclusões, assim, rompendo barreiras e superando estereótipos as mulheres vêm paulatinamente ocupando espaços, afirmando-se como mulher, independente e empoderada. Este mini curso foi pensado, para fazermos um percurso histórico sobre a condição da mulher no Brasil em momentos históricos diferentes até chegar à contemporaneidade, mostrando aos participantes como este caminho foi e esta sendo difícil, ao mesmo tempo, demonstrar o quanto de espaços já foram conquistados. Ainda assim, este espaço foi pensado para promovermos discussões que tragam reflexões sobre a situação das mulheres na atualidade, discutir estratégias de apoio e enfrentamento à violência, a exclusão, aos discursos machistas e misóginos direcionados as mulheres. Por fim, torna-se imprescindível na atual conjuntura promover um debate provocativo numa sociedade dominada pelos homens, pelos conservadorismos e fornecer possibilidades de resistência e afirmação. Devemos enfrentar a naturalização das relações de poder desiguais entre homens e mulheres e lutar por espaços que vise à igualdade, o respeito e o direito à autonomia por suas escolhas, do social ao sexual, tornando-as empoderadas.

8. O LUGAR DE FALA, O LUGAR DE ESCUTA E O SEXO DAS OUTRAS

Proponente: Hilan Bensusan (Departamento de Filosofia – Universidade de Brasília. Ensina e pesquisa no PPG-FIL, UnB e UFMG e, como visitante, na Louisiana State University Esquizotrans / Qualqueer Anarchai. Tem doutorado pela University of Sussex)

As discussões e ativismos associados ao gênero, à política dos desejos, ao sexo e aos prazeres tem estado saturadas de lugares de fala. Resquício de uma política de identidade que assola esses territórios de subversão, a obsessão com o lugar de fala indica um privilégio de um si

mesmo à prova de baculejo em detrimento do caráter evasivo, sublevado, criativo, afetável e dionisíaco do desejo. O desejo, assim, deixa de ser um estandarte de revolta e passa a ser enquadrado no horizonte do meu próprio desejo (e frequentemente do meu próprio desejo com nome e endereço). Os lugares de fala são muitas vezes tomados como a base de uma resistência à matriz hetero-cis-normativa de uma sociedade colonizada, transfóbica, misógina e patriarcal. Porém os discursos que pretendem falar do seu lugar ou do lugar do seu corpo (ou do seu solo) estão próximos daquilo que Levinas uma vez diagnosticou como a filosofia do hitlerismo; e diagnosticou com desespero já que percebia a tentação e a plausibilidade desses discursos. O minicurso pretende explorar, por meio de discussões em ambientes que acirram as capacidades performáticas dos participantes, outras maneiras de tecer resistência com as diferenças. Em particular, três elementos perigosos e por isso mesmo explosivos em sua capacidade de desmantelamento da ordem cis-hetero-patriarcal estabelecida serão considerados: 1. os lugares de escuta onde as outras – os desejos inesperados já que o acoplamento dos desejos é um mito cis-heteronormativo – e não mais eu movem a performance dos meus desejos e os gestos da minha apresentação ao mundo; 2. a confiança, para além das suspeitas cis-heteropatriarcais, nos outros corpos – não o atrelamento ao que eu sou, mas o entendimento de que o desejo me leva para fora do que eu sou e com isso para fora do que eu estou habituada a ver; a confiança nos fluidos do desejo e a rejeição de sua maldição (Oxum é sábia e não precisa de hidroelétricas); 3. a ênfase no sexo das outras (no desejo das outras, na identidade das outras) ao invés da insistência na minha própria história. O minicurso se desdobra em um outro ativismo, um ativismo sem mesmos, com menos autobiografia e mais interrupções da nossa própria história. Nada senão uma interrupção pode ser a matéria-prima para uma quebra na ordem coletiva que se propaga na produção de nossas próprias vidas.

9. MATRIZ AFRICANA – UMA HIPÓTESE CONCEITUAL

Proponente: Alessandra Ribeiro Martins² (PUC Campinas-SP, Dra. em Urbanismo)

Nas memórias pessoais se encontra um vasto legado de saberes, tradições e vivências. Depoimentos e histórias de vida são técnicas há muito empregadas pelas ciências humanas para se conhecer determinados processos sociais sob a ótica dos que estão imersos neles, sobretudo a partir dos anos setenta, quando historiadores, propondo novos métodos, objetos e abordagens, ampliaram o conceito de fonte documental, não mais se restringindo às fontes ditas oficiais ou impressas, mas buscando novos elementos para uma reconstituição, ainda que fragmentária, do passado.³

Esta metodologia de pesquisa interessa-se pelo cotidiano das pessoas, momento entendido como um conjunto de situações vivenciadas diariamente, percebidas individualmente e renovadas a cada instante. Relacionando o cotidiano e a narrativa de vida, um pesquisador pode acessar a organização coerente das lembranças e percepções imediatas, chegando à narrativa de microeventos que marcaram suas vidas e provavelmente as de todo o seu grupo social, contribuindo para a construção social daquela realidade e deste modo acessar sua percepção sobre o experimento conceitual proposto neste Minicurso sobre Matriz Africana:

“Matriz Africana é toda herança ancestral cultural, territorial, linguística, organizacional transmitida pelos negros africanos escravizados e expressa pela oralidade, por documentos, monumentos e vestígios

² O MINICURSO proposto é baseado em de parte da Tese de doutorado com o título: Matriz Africana em Campinas: Territórios, Memória e Representação, defendida por Alessandra Ribeiro Martins com apoio da CAPES e sob orientação do Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior. POSURB - Programa de Pós Graduação em Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em fevereiro de 2017. Brasil. E-mails: alejongo@gmail.com e wilson@puc-campinas.edu.br

³ Ver: Znaniescki, 1920; Denzin, 1970; Cipriani, Pozzi, Corradi, 1983; D’Epinay, 1983; Brioschi, 1987.

urbanos. Os elementos que constituem essa herança foram mantidos e preservados no território ou na memória coletiva e propiciam que os grupos, marchas, cortejos, manifestações culturais, povos e comunidades tradicionais vinculados à matriz africana se manifestem, reinventem, e reterritorializem sua presença. Mantêm como representação fundamental para a existência e continuidade de suas práticas o compromisso com a transmissão de saberes, salvaguarda e preservação dessa ancestralidade africana e os permanentes desafios contra o racismo, a discriminação e as intolerâncias diversas a estas associadas”. (MARTINS, 2016,p.9). Essa proposta consiste em aprofundar como o sujeito, compreende e dialoga com a hipótese conceitual Matriz Africana, tendo como ferramenta reflexiva o Estudo de Caso sobre a “Casa da Dida”.

10. REPRESENTAÇÕES DA HOMOAFETIVIDADE NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E EM OUTRAS ARTES CONTEMPORÂNEAS

Proponentes: Prof. Dr. Luciano Ferreira da Silva (UESPI - Parnaíba); Prof. Me. Rubenil da Silva Oliveira (UEMA, Campus Bacabal)

Breve descrição do tema a ser tratado: Estudo e discussão sobre a homoafetividade na literatura brasileira contemporânea e em outras artes contemporâneas. A discussão teórica será feita por tópicos colocados em slides assim como trechos das obras selecionadas para um maior dinamismo na explanação do conteúdo. Trechos de obras da literatura brasileira contemporânea de temática homoafetiva (gays e lésbicas, na falta de um melhor termo) serão discutidos fazendo, na medida do possível, uma ponte com os referenciais teóricos. No final do minicurso haverá uma explanação, através de slides, de imagens e trechos dos filmes selecionados com temática homoafetiva, bem como algumas músicas populares brasileiras que também tratam direta (objetivamente) ou indiretamente (metaforicamente) do tema. Ementa: Estudo e discussão sobre a homoafetividade na literatura brasileira contemporânea e em outras artes contemporâneas. Objetivos: Explicar alguns conceitos de homossexualidade, o homoerotismo e a homoafetividade. . Fazer um breve histórico sobre a homossexualidade na história e na literatura. . Comentar representações da homoafetividade na literatura brasileira contemporânea adulta e infanto-juvenil. . Expor algumas artes selecionadas que representam a homoafetividade, como a música e o cinema. Programa: Homossexualidade, homoerotismo e homoafetividade na história e na literatura. A literatura brasileira contemporânea adulta e infanto-juvenil homoafetiva. Músicas e filmes selecionados que representam a homoafetividade. Público alvo: Graduandos ou graduados em Letras, Pedagogia ou áreas afins. Professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Médio. Profissionais e estudantes de Letras e Pedagogia. Alunos do ensino médio. Público de vinte a quarenta pessoas. Palavras-chave: Representações, homoafetividade, literatura brasileira contemporânea, artes contemporâneas. Carga horária: Quatro horas

Referências: BATAILLE, Georges. O erotismo. Porto Alegre: L&PM, 1987; COSTA, Jurandir Freire. A face e o verso. Estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995; FACCO, Lúcia. As heroínas saem do armário. Literatura lésbica contemporânea. São Paulo: GLS, 2004; FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988; FRY, Peter & MacRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1984; GARCIA, Wilton. A forma estranha. Ensaio sobre cultura e homoerotismo. São Paulo: Edições Pulsar, 2000; GREEN, James. Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000; GOLIN, Célio & WEILER, Luis Gustavo. Homossexualidades, cultura e política. Porto Alegre: Sulina, 2002; LOPES, Denilson. O homem que amava rapazes e outros ensaios. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002; POLI, Maria Cristina. Feminino/Masculino. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007; RICHARDS, Jeffrey. Sexo, desvio e danação. As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Zahar, 1993; SPENCER, COLIN. Homossexualidade. Uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999; TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2002; VIDAL, Marciano (Vários) Homossexualidade: ciência e consciência. São Paulo: Edições Loyola, 1998. **OBS: quanto aos textos, sugiro uma apostila contendo todo o assunto do minicurso**

para os alunos acompanharem. Disponibilizaria com antecedência esse material online.

11. O PAPEL DA MÍDIA NA COBERTURA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Proponente: Thamires Tamares dos Santos Silva (Jornalista, formada pela UEPB, feminista ativista, autora do Documentário: Maria Bonita – Um retrato da violência sexual contra a mulher em Campina Grande, 2014)

Descrição: sendo a mídia uma faca de dois gumes no papel de cobrir e informar sobre as violências praticadas contra as mulheres, proponho o minicurso: “O papel da mídia na cobertura dos casos de violência” com objetivo de promover o debate a cerca do machismo que ainda impera nos meios de comunicação sejam impressos, radiofônicos, televisivos e virtuais, mostrando casos emblemáticos que tomaram grandes proporções. Recentemente, todos os veículos nacionais pautaram a saída da cadeira do goleiro Bruno, preso e condenado a mais de vinte anos de cadeia por sequestro, assassinato e ocultação de cadáver de sua ex-companheira, Eliza Samúdio. Proponho analisar suas entrevistas e como o mesmo foi tratado pela mídia em liberdade. Traremos para essa discussão a capa da Revista “Placar”, renomado folhetim que colocou Bruno em situação de vítima. (Ver figura 1.0) para discutir como a mídia usará de seu poder para trazer Bruno de volta aos holofotes e de forma positiva... Além de Bruno, também traremos para esse debate o Documentário “ Quem matou Eloá” disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n1vz9CU7LaY> que conta a história da adolescente morta pelo ex- namorado em 2008 após cinco dias de cárcere privada. A época, as emissoras de televisão e rádios montaram estruturas próximo ao local do crime e transmitiam ao vivo todos os detalhes do cárcere de Eloá e uma amiga. Ainda nesse caso, produções de tvs fizeram contato com o sequestrador e apresentadores de programas sensacionalistas como Sônia Abrão chegou a conversar por telefone com Lindenbergh, ex namorado de Eloá que por não aceitar o fim do relacionamento, sequestrou e matou a jovem. Sabendo que uma das principais preocupações de certos programas é a busca desenfreada por audiência, levantaremos os seguintes questionamentos: Até que ponto a mídia pode interferir em negociações policiais? Por que explorar imagens de mulheres violentadas para obter audiência? Por que a mídia só se importa com a violência quando há casos de grande repercussão? Por que a mídia insiste em romantizar a violência colocando os crimes como medidas desesperadas de “homens apaixonados”? Abordaremos também casos estaduais como o estupro coletivo de Queimadas para debater a abordagem da mídia aos crimes.

12. MOVIMENTO PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO E DO NASCIMENTO: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Proponente: Clarissa Sousa de Carvalho (Filiação institucional: Universidade Estadual do Piauí (Professora Assistente). Coordenadora do grupo de pesquisa ComGênero – Comunicação, gênero, corpo e sexualidade. Titulação: Mestra em Antropologia e Arqueologia (UFPI/2012). Doutoranda em Comunicação Social (PUC/RJ).

Resumo: Esse mini curso abordará as imbricações entre o ideário do Movimento de Humanização do Parto e do Nascimento (MHPN) e o feminismo. A humanização do parto se assenta no seguinte tripé: 1. Protagonismo da mulher nas decisões sobre gravidez e parto; 2. Visão integrativa e multidisciplinar do parto, entendido como processo cultural e não apenas biológico; 3. Vinculação à Medicina Baseada em Evidências. Durante um longo período, o parto foi um evento do âmbito doméstico, feminino, entendido como fenômeno fisiológico e natural. Para entender a institucionalização desse evento, que a partir do século XX passou a exigir saberes

científicos, e não mais empíricos, passando das mãos de parteiras mulheres a médicos homens, é preciso situar o parto como evento produzido na e pela cultura. Marilyn Yalom (1997) refere-se à “politização do seio feminino” para descrever o processo que posicionou a mulher, como mãe, no centro das políticas de gestão da vida nas sociedades ocidentais modernas. Nesse contexto, há um processo de educação e medicalização dos corpos das mulheres em nome de sua responsabilidade na criação de filhos saudáveis para a salvação da sociedade. A medicalização do corpo das mulheres acontece dentro de um contexto maior de medicalização da vida privada, através de mecanismos de biopoder (FOUCAULT, 2009). Nos processos em que se exerce o biopoder, acontece, ao mesmo tempo, uma extensa produção de saber. A produção de um saber científico sobre o corpo se dá concomitantemente à politização do corpo, que passa a ser objeto de controle. A medicalização do corpo das mulheres se mostrou de forma especial nos processos relativos à gravidez e parto. Emily Martin (2006) argumenta que a partir do emergência do capitalismo, o corpo passou a ser visto como uma máquina, uma força de produção. O parto passa a ser entendido como uma linha de montagem, nos moldes tayloristas. A mulher deixa de ser a protagonista do próprio parto, que agora é comandado pelos médicos. Os saberes femininos relacionados à gestação e parto são rechaçados em favor dos saberes médico-científicos. Parteiras e comadres são proibidas de partejar. O fórceps permite a intervenção masculina e se torna instrumento de um novo paradigma do parto. O parto assistido por parteiras passa a ser visto como sinônimo de atraso e rusticidade, enquanto o parto medicalizado é associado à civilidade. Assim, percebe-se, a partir do século XX, a transformação do parto em evento patológico, deslocando a mulher da posição de sujeito à de objeto do parto. O MHPN defende a resistência a esse modelo obstétrico que subjuga a mulher a uma posição passiva, através da perda do controle sobre o próprio corpo, da submissão de seus saberes ao saber médico-obstétrico e, em última análise, do desrespeito a seus direitos reprodutivos. Pretende-se, nesse minicurso, discutir o ideário do MHPN através de uma perspectiva feminista. A estrutura necessária para a realização do minicurso resume-se a data show e computador.

13. POÉTICAS QUEER E TRANSMATERIALIDADES

Proponentes: Kaciano Barbosa Gadelha (Bolsista de Pós-Doutorado PNPd CAPES, Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Ceará. Doutor em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim); Juliana Frota da Justa Coelho (Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); José Juliano Barbosa Gadelha (Professor Mestre de Antropologia da UECE)

O minicurso propõe o experimento de transmateralidades, de modo acionar tecnopoéticas queer. Em razão de se tratar de tecnologias contrassexuais e poéticas também queer, estamos tratando de transmateralidades que, por serem o que são, formam uma rede política de híbridos humanos e inumanos. “Confundir” as fronteiras do humano e do não humano é uma atitude ética, pois ressalta que existem posicionalidades responsáveis no agenciamento desses híbridos, atravessados por linhas de generificação, racialização, colonização, privilégios, entre outras. Se, por um lado, haverá a agência do sujeito humano, por outro, não há materialidade gerada e pensada unicamente por este. O que há é uma transmateralidade em que humano e inumano não existem em separado, bem como todo o processo de pensamento e criação das obras não permitirá outras separações ontológicas. Por exemplo, o tecno e o poético serão experimentados como duas técnicas que se agenciam mutuamente, lembrando que a técnica e a poética não podem ser apartadas. Vale lembrar, o sentido geral de poética consiste em toda técnica que não existe pronta a priori, mas que se faz técnica durante todo o fazer poético. O minicurso está estruturado em três espaços-tempos. A princípio, o texto “Como Domar Uma Língua Selvagem”, de Gloria Anzaldúa, abre passagem para o entendimento da pós-colonidade/decolonialidade com as poéticas transmateriais. Já os três experimentos efetivados a

partir de pesquisas dos ministrantes (1) Vitrine dos desejos: materialidades sexopolíticas nos cinemões de Fortaleza (CE); 2) Sensorialidades virtuais: mapas do afeto no mundo dos aplicativos; 3) O ovo dos prazeres: uma transmaterialidade pelo BDSM abrir-se-ão a agenciamentos com outros experimentos, propostos pelo público, constituindo uma metodologia em rede. Essa espécie de metodologia reinsere a proposta da quebra de hierarquias de saber pautadas na ideia do monopólio de conhecimento responsável pelas velhas divisões/exclusões entre mestre e aprendiz, propiciando uma descolonização da aprendizagem com os materiais sensíveis de criação do minicurso.

14. JEAN GENET E A DESSACRALIZAÇÃO DO MASCULINO

Proponentes: Ronaldo Alencar dos Santos (Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba, lotado no Departamento de Ciências Jurídicas (campus Santa Rita), Doutor em Ciências Sociais pela UFRN); Antônio Henrique de Almeida Couras (Graduando em Direito/UFPB)

Esta proposta de minicurso pretende estudar as contribuições da obra do autor francês Jean Genet à desconstrução do mito moderno da masculinidade e do suporte cultural sob qual se estabelece a dominação simbólica falocêntrica, bem como a possibilidade, feita a partir da interpretação destas a luz do existencialismo sartreano e da Psicanálise, de uma abertura teórica crítica à heteronormatividade. Jean Genet, marginal, gay, literário, teatrólogo e militante político, por meio de suas principais obras, a saber: Querelle de Brest, Pompas Funebres e Nossa Senhora das Flores, é apontado como responsável por uma “dessacralização” da sexualidade masculina, feita através da exposição deste órgão eternamente velado pela cultura heteronormativa, o ânus, verdadeiro “furo” responsável por onde irá escoar todo o mito moderno da masculinidade, assentado sob a base simbólica do “poder fálico”. O Pênis, em sua obra, aparece como órgão responsável por proporcionar prazer ao ânus, este sim, objeto privilegiado da sexualidade masculina. Sendo assim, toda a masculinidade precisará ser repensada a partir de um nova significação sexual dada ao pênis, bem como toda a cultura fálica, sob a qual se perpetuam as relações de dominação sexual e de gênero, será vista como ilegítima sob o ponto de vista da ética do desejo. Para o alcance de tal desiderato, propõe-se uma abordagem narrativa sobre sua vida e obra, associada a uma análise genealógica desta, com principal escopo de demonstrar os pontos para uma possível desconstrução do mito da masculinidade, bem como da heteronormatividade sexual, e a possibilidade de se repensar o papel do “masculino” dentro da sociedade contemporânea, a partir da libertação dos condicionantes impostos pela dominação simbólica erigida em torno do falo. Deste modo, perguntamos: É possível pensar o papel do “masculino”, na sociedade contemporânea, sem as amarras simbólicas da dominação fálica? Para responder tal pergunta, devemos passar pela análise dos elementos que constituem tal dominação, sua origem na sociedade moderna, bem como suas implicações múltiplas nas relações sexuais e de gênero. Como apoio teórico para realização do minicurso, pretendemos utilizar as obras: “Saint Genet: Autor e Mártir”, de Jean-Paul Sartre, donde serão retirados os elementos sobre a vida e obra de Jean Genet, assim como os elementos apontados como responsáveis pela construção da cultura de marginalização da homossexualidade e; “Os Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”, de Sigmund Freud, obra responsável pela desconstrução da noção médico-psiquiátrica de “Perversos Sexuais” e por uma crítica à naturalização das relações de dominação de gênero e sexual feitas pela ciência médica Vienense do final do sec. XIX. O presente estudo se insere no contexto de libertação das relações sexuais e amorosas submetidas à dominação simbólica falocêntrica e todas as suas implicações para a constituição do sujeito homem, bem como na libertação das relações homossexuais da marginalização sentida no âmbito político-social, assim como no científico, e coloca o debate sobre o prazer anal como essencial para se refletir os meios de emancipação socio-cultural do sujeito, pela via sexual.

A exposição será feita mediante diálogo com os presentes e através de tematização dos principais pontos da obra de Jean Genet, apresentados com o auxílio de Datashow.

15. INTRODUÇÃO À METODOLOGIA E TÉCNICAS EM HISTÓRIA ORAL

Proponentes: Rosilene Dias Montenegro (UFCC, Grupo de Pesquisa “História e Memória da Ciência e Tecnologia”. Doutora em História); Fábio Ronaldo da Silva, (UFPB, Grupo de Pesquisa “História e Memória da Ciência e Tecnologia”. Doutorando em História); José Valmi Oliveira Torres (Grupo de Pesquisa “História e Memória da Ciência e Tecnologia”, Mestre em História)

RESUMO: Os pesquisadores em História que estão trabalhando com temas do tempo presente têm constatado a importância, e às vezes a imprescindibilidade, da história oral para a pesquisa da história do tempo presente, o presente minicurso “Introdução à Metodologia e Técnicas em História Oral” tem como objetivo apresentar elementos de introdução à metodologia e técnicas de pesquisa com o uso da história oral. O minicurso compreende desde a discussão de questões de teoria da história à metodologia do uso da memória e das fontes orais para as pesquisas historiográficas. Nesse sentido, o presente minicurso propõe também problematizar a dimensão espaço/temporal das fontes orais e os trabalhos paralelos de constituição da memória e da história. Identificando e diferenciando as noções de: o que se caracteriza e o que não se caracteriza como história oral, bem como as relações e interações entre memória e história oral; história temática e história de vida; metodologia; técnica e transcrição; e, a ética na pesquisa em história oral. O minicurso fará uso de projetor de imagens e disponibilizará fontes de pesquisa impressos e audiovisuais a serem disponibilizados pelo Projeto Memória da Ciência e Tecnologia.

16. CÁRCERE, GÊNERO E SEXUALIDADES: NUANCES DE UM SISTEMA PUNITIVO

Proponentes: Gabriela Lamounier (Mestranda em Psicologia Social); Júlia Carneiro (Mestranda em Psicologia Social); Júlia Vidal (Graduanda em Direito); Instituições: Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) Universidade Federal de Minas Gerais.

Resumo: A história dos sistemas punitivos revela mudanças nos entendimentos sociais acerca de como devem ser compreendidos e classificados os atos desviantes. A partir do século XIX, por exemplo, a privação de liberdade passou a ser usada como principal resposta para a resolução dos “problemas sociais”, a partir do entendimento de que o isolamento possibilitaria a reflexão do detento e correção de seus atos delinquentes. Ao pensarmos sobre as funções da pena, vemos que dentro de um contexto social e econômico excludente, esta exerce funções para além da correção do ato delituoso, operando também como instrumento disciplinar com fins de controle social sobre determinados segmentos populacionais. Deste modo, credita-se à prisão não apenas a resposta a um delito, mas à punição, correção e normalização dos desviantes. Nesse sentido, vidas acabam sendo manipuladas, descartadas, encarceradas com a prerrogativa de segurança social. Se tratando de tempos de grande encarceramento, se faz urgente, portanto, discutir e repensar as prisões. Ao considerar que há um recorte ao qual se prioriza o controle social, nos ateremos à população LGBT, que, dentro do contexto de regulação da prisão, apresenta especificidades de gênero e sexualidade que devem ser pensadas. Assim, depreende-se que as normas de gênero encontram no cárcere campo fértil de regulação e punição, no qual políticas de violação de direitos, institucionalizadas ou não, se fazem presente. Como resposta, têm surgido ações institucionais no Brasil que buscam, em alguma medida, garantir a segurança das pessoas LGBT em privação de liberdade. Em algumas unidades prisionais masculinas, foram instituídas as “Alas LGBT” - pavilhões reservados para abrigar especificamente travestis e gays. Assim, propomos um minicurso expositivo para colocar em

debate, de forma crítica e contextualizada, o sistema penitenciário brasileiro, sobretudo no que concerne às nuances e singularidades do aprisionamento da população LGBT. Nossas análises contarão com o aporte do Direito Penal, Criminologia e Estudos Feministas e de Gênero. Para tanto, iremos nos valer de recursos e metodologias diversas, mediante a exibição de fotos, reportagens e documentário concernente à temática. Ainda, serão propostas duas dinâmicas aos participantes do minicurso, que serão instigados a refletir não apenas sobre a responsabilidade comum que nos concerne em relação às condições da prisão nos dias de hoje, como também as possibilidades de (re)pensar as políticas públicas de segurança para a população nas “Alas LGBT”.

17. A CIÊNCIA SUBALTERNA: POSSIBILIDADES DE (RE)CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS À LUZ DA JUREMA SAGRADA

Proponente: Camilo de Lélis Diniz de Farias (Centro de Ensino Superior Reinaldo Ramos – CESREI/Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – UFPB)

RESUMO: A Jurema Sagrada é uma religião de matriz afro-ameríndia, agregando elementos de diversas tradições culturais e étnicas, mormente as indígenas, africanas e europeias cristãs, espíritas e pagãs, fruto de um longo processo de resistência e readaptação às relações de exploração colonial, situando-se territorialmente no Nordeste brasileiro, principalmente nos Estados de Pernambuco e Paraíba. Este minicurso tem como objetivo compreender, por meio da análise da história da Jurema, os discursos utilizados para justificar a sua colocação na condição de culto marginal, a racialização de seus sujeitos e a desautorização dos seus saberes, providencialmente denominados ciência da Jurema; as possibilidades de reconstrução da teoria e prática dos direitos humanos a partir do olhar crítico juremeiro, com esteio nas epistemologias subalternas, notadamente os estudos pós-coloniais e descoloniais, bem como nas experiências de refundação do Estado levadas a cabo pelas articulações dos movimentos sociais e experiências constituintes da América Latina (Bolívia, Venezuela e Equador, principalmente), tendo em vista as disjunções do paradigma eurocêntrico dos direitos humanos. Como potencialidades e desdobramentos do minicurso, elenca-se o fato de ele propor uma discussão pouco explorada, porém de grande relevância, considerando, além da baixa produção sobre o tema – o que revela, sem dúvidas, a persistência da deslegitimação dos saberes juremeiros, considerados inferiores e impuros – as investidas conservadoras baseadas numa visão teocêntrica da sociedade brasileira, as articulações com temas de gênero, raça e sexualidade e, por fim, o fato de Campina Grande, sede do III Seminário Internacional Desfazendo Gênero, se destacar como território onde se encontram diversos terreiros que praticam o culto da Jurema, em suas variadas formas. Já no tocante à infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade, necessitam-se, tão somente, de sala de aula equipada com cadeiras para acomodar os/as inscritos/as, bem como estrutura de Datashow, para projeção do material elaborado.

18. FEMINAS ON GIGABLACKS: AS CONTRANARRATIVAS VIRTUAIS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Proponente: Célia Regina da Silva (Doutora em Comunicação Social; Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (Ppger) e do Instituto de Humanidades Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

A proposta visa suscitar reflexão sobre a ascensão de contranarrativas virtuais elaboradas por mulheres negras. Vivemos tempo de intolerâncias, racismos e ódios, em que a internet permite tanto a disseminação de discursos de ódio, de violências, como, em contraponto, possibilita o surgimento de modelos diferenciados de narrativas realizadas por e para mulheres negras. São

modelos de narrativas alternativas sobre si, construídas com base em experiências de vida, capazes de revelar subjetividades até então alijadas das esferas de poder midiático hegemônico. Com base nestas construções discursivas contra-hegemônicas poderemos vislumbrar a legitimação de saberes construídos por e para mulheres negras? O conhecimento construído em espaços alternativos pode reverberar em espaços tradicionais como modelos reconhecidos de resistência às opressões de gênero e de raça? No campo do conhecimento, desde pesquisas acadêmicas, passando pela mídia, a participação das mulheres negras na luta e nos processos de resistência à opressão racial e de gênero não mereceu a atenção devida. Apresenta lacunas que não combinam com importância delas para a cultura, a religião, a economia e a força do trabalho na sociedade. É seguro destacar que o apagamento, o silenciamento e a invisibilidade das vozes de mulheres negras são resultado de estrutura patriarcal. Para além de obliterar a presença das mulheres negras em diversos espaços de poder, este mecanismo de opressão funciona ainda como alicerce que alavanca as desigualdades de gênero e de raça. Por sua vez, desde a segunda metade do século XX, os avanços começaram a surgir, com os movimentos sociais e suas ações coletivas se qualificaram e se diversificaram em redes organizacionais que ultrapassam modelos tradicionais de colaboração e de luta política. Em meados dos anos 1990, o campo comunicacional emerge como espaço de voz, de expressão e de aparecimento, tendo como fio condutor a produção da palavra mediada pela cultura tecnológica na sociedade em rede. Nos últimos anos com a chegada de mais mulheres negras à universidade e o acesso às redes sociais, o feminismo negro ganhou novos contornos, ascendendo à demanda por diversidade e por multiplicidade de vozes no meio digital. Compreende-se que o protagonismo discursivo tem importância fundamental para a ampliação das vozes femininas negras e para a visibilidade de questões sociais, políticas e econômicas. O reconhecimento, o respeito, a dignidade são atributos essenciais para o enfrentamento às desigualdades sociais que se revelam em assimetrias sejam sociais ou virtuais. Temos como premissa que as reflexões ensejadas durante o mini-curso façam parte de artigo que deverá ser escrito após o evento, como também, embasar disciplina no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do NEAB-UFSB, do qual sou docente.

19. TRAJETÓRIAS E INTERFACES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

Proponentes: Prof. Ms Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus (DCS/UEPB, doutoranda em Sociologia pela UFCG); Prof. Ms Cláudio Gomes da Silva Júnior (DCS/UEPB, doutoranda em Sociologia pela UFCG)

Resumo: Teorias que abordam gênero e sexualidade são discutidas, hoje, com maior ênfase nos espaços acadêmicos, sobretudo nas ciências sociais. Para tanto, tais debates decorrem de estratégias de (re)configurações das práticas e dos reconhecimentos identitários dos corpos transversalizados que ainda encontram-se em disputa no campo acadêmico, justamente por serem resultantes de disputas e de marcadores da diferença. O que já não se contemplam em alguns enquadramentos categóricos no que tange o reconhecimento dos corpos em trânsito. A tentativa de rompimento com o binarismo no campo das ciências sociais ainda está em voga, ora pela presença hegemônica das teorias binárias/colonialistas, ora pelos embates e entraves epistemológicos no campo do saber científico. Nesse viés, faz-se necessário um breve percurso sobre as trajetórias dos conceitos de gênero e sexualidade, bem como historicizar as configurações desses conceitos nas ciências sociais e, por fim, problematizar a prática docente a partir da interface entre gênero e sexualidade, pensando em estratégias dialógicas que possam vir a contribuir não só com a prática docente, mas também com o respeito e a inclusão dos corpos subalternos. Trazendo questões como: Quais os contextos? Quais as estratégias? Quais as disputas? Como surgiram e se (re)configuraram esses debates?

Em suma, este minicurso buscará apresentar uma análise sobre as principais correntes conceituais da problemática de gênero e de sexualidade no campo das ciências sociais e discutir a relação entre gênero, sexualidade e suas transversalidades refletidas na vida social, especificamente na sala de aula. Metodologia: O minicurso dividir-se-á em dois momentos com os seguintes conteúdos programáticos: 1. As definições de gênero e de sexualidade; Introdução aos estudos feministas, de gênero e de sexualidade; As temáticas de gênero e de sexualidade nas ciências sociais; A relação entre gênero, raça e classe social; 2. Desdobramentos do conceito de gênero; Os contextos sociais no conceito de gênero; Desnaturalizando o gênero; Gênero: categoria útil de análise

Referências Bibliográficas: BENTO, B. Quando o gênero se desloca da sexualidade: homossexualidade entre transexuais. In: GROSSI, M.P. e SCHWADE, E.(org.). Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. ABA/ Nova Letra: Blumenau/SC, 2006; BUTLER, Judith. Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003; _____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós- modernismo. In: Cadernos PAGU. Campinas: Núcleo de estudos de Gênero/UNICAMP, v.11, p. 11- 42,1998; _____. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 150-172; DUARTE, L. F. D. A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções. In. PISCITELLI A., GREGORI, M.F. e CARRARA, S. Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp 143-172; FRIEDAN, Betty. O problema sem nome. In: FRIEDAN, Betty. Mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971. P. 17-31; FOUCAULT. Michel. História da Sexualidade: Vontade de saber. Rio de Janeiro. Graal, 2007; _____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro. Graal. 2005; GIDDENS, Anthony. A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993; HARAWAY, Donna. “Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. Cadernos PAGU, nº 22, 2004, p. 201-246; HEILBORN, M. L. (org.) Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 (int., parte I e III); HEMMING, Clare. Contando histórias feministas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, vol. 17, n. 1, janeiro/abril 2009, p. 215-242; HIRATA, Helena. Gênero, Classe e Raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Revista Scielo, jun. 2014. (p. 61- 73). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>; LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 2001 (Capítulos I, V e VI); LOURO G.L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ Vozes 2003; MACHADO, Charliton J. S. et al. (org.) Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010; MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento. 2ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979; PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Trad. ngela M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013; PISCITELLI, Adriana, Maria Filomena GREGORI e Sergio CARRARA, org. Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro; Garamond, 2004; PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: Almeida & Szwako. Diferenças, Igualdade. São Paulo. Berleandis & Vertecchia, 2009; SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. Cadernos PAGU, Núcleo Pagu/ Unicamp, n. 12, 1999: pp.157-163; SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para uma análise histórica. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%A9nero-Joan%20Scott.pdf; SEGATO, R.L. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. Série antropologia: UNB, 1998; STRATHERN, Marilyn. Um lugar no debate feminista. In: STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Trad. André Vilalobos. Campinas, SP: UNICAMP, 2006; YOUNG, Iris Marion. Corpo vivido versus gênero: reflexões sobre estrutura social e subjetividade. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/young1.htm>

20. TORNAR-SE MULHER: COMENTÁRIOS SOBRE O FEMINISMO EXISTENCIALISTA

Proponente: Karla Cristhina Soares Sousa (Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFBA)

A proposta do minicurso tem por objetivo compreender o tornar-se mulher em O Segundo Sexo.

Ninguém nasce mulher, torna-se, conclui Beauvoir. A assertiva aparece após analisar os pressupostos do destino naturalizado para mulheres no mundo. Preocupada em investigar a ideia da opressão na condição feminina segundo a moral existencialista, Beauvoir observa que as mulheres são reconhecidas como Outro, ou, como segundo sexo na relação com os homens e com as instituições sociais. Entretanto, o reconhecimento das mulheres como Outro não pressupõe de forma alguma uma ética da transcendência recíproca, pois essa forma encerra as mulheres numa subjetividade imanente. Duas são as leituras possíveis para o tornar-se mulher em Beauvoir: a) tornar-se mulher enquanto construto social – ideia influente na teoria de gênero – associada ao modo de ser no mundo enquanto imanência (que pode ser consentida ou infligida); e b) tornar-se mulher enquanto projeto existencial, associada ao modo de ser enquanto transcendência. Imanência e transcendência são modos de ser no mundo, termos apropriados do existencialismo sartreano. A transcendência para Beauvoir caracteriza-se como comprometimento da vida no mundo, um movimento para o outro, onde há superação do presente por um futuro que a própria morte não limita. Dessa forma, o torna-se mulher enquanto projeto de existência requer um restabelecimento da soberania de sujeito e o reconhecimento desta por via moral, social e cultural. A análise beauvoiriana sobre a condição feminina realizada em 1949 até hoje ecoa nas discussões da teoria de gênero. De Monique Wittig à Judith Butler encontramos revisões da ideia beauvoireana do tornar-se mulher. O fato aponta para uma relevância da questão e a necessidade de retomá-la rigorosamente. O minicurso será dividido em quatro momentos: 1) Caracterização geral do movimento francês existencialista; 2) Compreensão da Ética da transcendência recíproca; 3) A mulher como Outro; e 4) Desdobramentos nas discussões contemporâneas.

REFERÊNCIAS: BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. Trad. de Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009; _____. Por uma moral da ambiguidade. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005; BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada – ensaios de ontologia fenomenológica. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011; SARTRE, J. P. O existencialismo é um humanismo. São Paulo: Abril Cultural, 1973, Coleção “Os pensadores”; WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual y otros ensaios. Madrid: EGALES, 2006.

21. MÍDIA FEMININA E PRODUTOS CULTURAIS NOS ANOS 1990: UM FEMINISMO DE CONSUMO?

Proponentes: Jamaira Jurich Pillati (professora de Ensino Médio SEED-PR, mestre); Felipe André Pedroso de Oliveira (Historiador e Coordenador Cultural da Associação Parque Histórico de Carambeí – PR)

O intuito deste mini curso é possibilitar perspectivas de análise de produtos culturais que, na década de 1990, de alguma forma, dialogaram com reivindicações dos movimentos feministas em suas diferentes fases. Focando-se nas mídias audiovisual, impressa e na indústria fonográfica e do entretenimento, alguns exemplos de produtos voltados às mulheres serão analisados enquanto produtores de possíveis discursos de empoderamento e ao mesmo tempo, como reprodutores de “amarras” sexistas. Das Spice Girls a Sex and the City, passando pelas revistas como a Cosmopolitan, o discurso de liberação sexual e independência financeira inspirou slogans de “Girl Power”, amor próprio e de uma “Nova mulher” que ocuparam todo tipo de mídia. A princípio, este fenômeno foi encarado como uma espécie de uma popularização de bandeiras feministas. Assegurando o confronto em relação ao comportamento sexual e a garantia de independência vinda através da constituição de carreira e autonomia financeira, um ideal de mulher “poderosa” foi traçado e popularizado para toda uma geração, deixando traços marcantes em gerações subsequentes. Posteriormente, estudos reconheceram rapidamente a superficialidade destas falas. Focado em aspectos da vida da mulher de classe média, esse discurso de liberação desconsidera outros aprisionamentos, como a maternidade, a tripla

jornada e estereótipos de beleza. Desta maneira, esta mulher liberta não deixa de cumprir seu papel na lógica do patriarcado capitalista, pois quando se passa a vender menos eletrodomésticos para aquelas que não são mais maioria donas de casa é preciso que ela compre. Os relacionamentos colocados nestes produtos culturais também carregam visões paradoxais, toda a liberdade sexual, não contesta o ideal de encontro do amor eterno, não derruba o mito do príncipe encantado. Historicamente, sabe-se que a construção social do amor é atribuída à figura feminina. O ideal do amor escraviza a mulher, ela nasce num propósito de viver e morrer para o amor atribuindo à mulher o comportamento confuso e irracional relacionado às paixões. Sendo assim, a metodologia proposta é análise de discursos de textos, capas, cenas, letras de músicas, buscando os aspectos já colocados, pensando o alcance do discurso acadêmico e das vozes dos movimentos feministas da época. Como objetivo final, estabelecemos o reconhecimento das mídias de grande massa como apropriadora, reprodutora e transformadora de discursos que se formam em outras instancias (universidade, movimentos sociais). Ao mesmo tempo, como devemos manter um olhar crítico e desperto sobre a forma com que se colocam atualmente ao grande público novos produtos, considerando um fenômeno atual de popularização de pautas femininas novamente na grande mídia (programas como “Amor & Sexo”, cantoras como Anitta, Karol Conka, fenômeno de cantoras sertanejas, e ainda a perpetuação das revistas femininas no mercado editorial). Através do debate sobre estas percepções e da proposta de uma rápida comparação com fenômenos contemporâneos, contribuindo com a produção de conhecimento e despertar crítico colaborativo junto aos cursistxs. Para execução deste, será necessário projetor para os vídeos e áudios, todo o material de análise será levado pelxs proponentes.

22. “APLICATIVOS DE PEGAÇÃO”: CORPOS ENTRE A LIBERDADE AFETIVO-SEXUAL E AS OPRESSÕES QUE SE INTERSECCIONAM

Proponentes: LUIZ HENRIQUE BRAÚNA LOPES DE SOUZA (Assistente social do Centro Estadual de Combate à Homofobia/PE. Pesquisador do Núcleo de Gênero e Masculinidades/UFPE); Vívian Matias dos santos (DSS/UFPE; HYPATIA/UFPE); Henrique da Costa Silva (Bicha Preta e afeminada. Assistente Social e mestranda no PPGSS/UFPE/HYPATIA-UFPE)

O presente minicurso propõe refletir sobre como as redes sociais favorecem o desenvolvimento de espaços virtuais contemporâneos de sociabilidade homoerótica e como se reproduzem discursos opressores a partir da valorização de padrões corporais e da normatização de práticas afetivas e sexuais. O uso de aplicativos de dispositivos móveis, como o Grindr e o Scruff, mediam os diálogos entre pessoas desconhecidas e facilitam encontros afetivos e sexuais por meio da geolocalização dos usuários conectados em rede (MARTINS FILHO, 2014). Esses aplicativos se popularizaram entre os homens que se identificam, ou não, como gays ou bissexuais, por facilitarem a localização de possíveis parceiros, a partir da sua proximidade espacial (FRANÇA, 2015), e também por fornecer informações objetivas dos desejos e práticas sexuais desses sujeitos, facilitando a caça e promovendo novas articulações entre sujeitos, tecnologias e espaços. Tanto o Grindr quanto o Scruff apresentam similaridade entre si das quais podemos citar: 1) ambos são aplicativos (apps) direcionados, ou pelo menos acessados predominantemente, por homens gays e bissexuais, além de cissexuais; 2) o corpo é uma ferramenta de sedução nesse espaço, onde se mostrar torna-se forma de descrever-se e circunscrever características, pertencimentos, preferências; 3) em geral se presa pelo apagamento, ou ofuscamento, de qualquer signo que leve à identificação pública daqueles sujeitos que estão no app, por isso, de maneira não rara, encontram-se nas fotos do perfil do usuário, partes do corpo como bunda, peitoral, barriga.

Neste contexto, este minicurso pretende problematizar as descrições dos usuários destes aplicativos, bem como refletir acerca dos discursos reiteradores de práticas opressivas

promulgados por esses sujeitos por meio da expressão e delimitação dos corpos e performances sexuais desejadas e desejáveis e compreender a produção de sentidos que circulam nesses espaços virtuais (principalmente as relacionadas às masculinidades, feminilidades, classe social, raça/etnia, geração, entre outros marcadores) e como esses sentidos reproduzem as relações de poder fortemente promulgadas nas relações sociais. Para tanto, apostamos numa metodologia dialógica: as exposições dialogadas serão formas de, por meio das trocas de experiências e dos conhecimentos destas provenientes, proporcionarmos reflexões críticas sobre como em sociabilidades que se mostram convidativos lugares para o exercício da liberdade afetivo-sexual, ainda podem recair sobre os sujeitos mecanismos sofisticados (e nem sempre sutis) de opressão. Por fim, no que se referem aos recursos didáticos por meio dos quais operacionalizaremos o minicurso, apostaremos no uso de materiais audiovisuais.

REFERÊNCIAS: FRANÇA, Isadora Lins. “MADE IN BRAZIL”: Homossexualidade, diferença e desigualdade num circuito global de mercado. *Maguare* (Universidad Nacional de Colombia), v. 29, p. 143-173, 2015; MARTINS FILHO, Tarcísio Bezerra. Novas formas de sociabilidade nas metrópoles contemporâneas: uma investigação acerca do uso do Grindr. *Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM*, v. 2, n. 2, p. 184-199, 2014; MISKOLCI, Richard. “Discreto e fora do meio” - Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. *Cadernos Pagu*, v. 44, p. 61-90, 2015; REZENDE, Renata; COTTA, Diego. “Não curto afeminado”: homofobia e misoginia em redes geossociais homoafetivas e os novos usos da cidade. *Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 348-365, 2015.

23. É NESSA “CAIXINHA” QUE EU DEVO CABER? - JUVENTUDES E ESPAÇOS ESCOLARES: (RE)PRODUÇÃO E SUBVERSÃO DE NORMATIVAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Proponente: FRANCISCO WERIQUIS SILVA SALES (Sociólogo, mestrando no Programa de pós-graduação em Sociologia/UFPI)

RESUMO A relação entre escola, juventude e sexualidade é historicamente um “terreno árido”, marcado por conflitos intensificados ao se reportar a formas de expressão e vivência da sexualidade que não seja a heterossexual. Fazendo uso da política institucional, cada vez mais, se intensificam e direcionam discursos que demarcam interdições acerca de discussões sobre gênero e sexualidade nos espaços escolares. Tais impedimentos produzem espaço para reprodução de normativas que embasam processos de desigualdades, que podem resultar em violências. Nesse sentido, a minicurso objetiva propiciar a construção de saberes, acerca dos efeitos da heteronormatividade e do sistema binário de gênero nas experiências de sociabilidades e subjetividades de jovens em contextos escolares. Atentando para os processos normatizadores, que atuam através do disciplinamento dos corpos e discursos. Bem como, das estratégias de subversão, produzidas por esses sujeitos no âmbito dos processos educacionais escolares. Buscar-se-á identificar os contextos de atuação, e agentes, que atuam no processo de normatização da sexualidade dos/as jovens, através da produção da heterossexualidade como norma, nos contextos dos processos educacionais escolares, percebendo como o sistema binário de gênero regula práticas e discursos, se articulando com outros marcadores sociais da diferença, produzindo saberes que subjagam e inferiorizam tais diferenças, apontando estratégias de ações subversivas, produzidas pelos jovens nos seus processos de interação social, com finalidade de contestar os processos de normatização, para uma reflexão sobre os impactos desses processos nas vivências em grupo e nas subjetividades desses sujeitos. A dinâmica de atividade será por meio da leitura dirigida de bibliografia especializada sobre a temática do minicurso (BUTLER 2003; DAYRELL 2001; FOUCAULT 1988; LOURO 2008,2009, 2010; MISKOLCI 2009, 2012) e dinâmica de grupo, que consistem num momento de relaxamento, com objetivo de resgatar, a partir da memória, as experiências escolares dos participantes, afim de provocar uma análise referente à temática do minicurso, a partir da exposição dessas biografias, objetivando uma experiência teórico-prática, possibilitando resignificar experiências e

reinterpretar trajetórias. Se fará necessário o uso de um espaço com datashow e equipamento de som.

24. HINDUÍSMO TRANSGÊNERO: ENTRE A ANDROGINIA E O TERCEIRO SEXO DIVINOS

Proponentes: Prof. PhD Arilson Silva de Oliveira (Grupo de Estudos em Sociologia da Religião/GESR-UFCG e Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos da Ásia, LEA - USP).

RESUMO: As informações modernas e recheadas de orientalismos diversos em torno de religiões indianas (principalmente do hinduísmo), nos leva a propor o presente minicurso, com o objetivo de analisar sociológica e historiograficamente a homossexualidade no hinduísmo, tendo como base a teoria weberiana sobre a Índia, assim como de suas inquietações eminentes. Para tanto, discutir-se-á a diferenciação de valores orientais e ocidentais em torno da posição dos seres no cosmos e na sociedade, a androginia e erotismo de Deuses e humanos, a centralidade da mulher nos ritos hinduístas e na sociedade em geral, o propósito e informes sociais do kamasutra, culminando na visão de homossexualidade no hinduísmo antigo, nosso foco. Discussão que será “olhada” pelo viés de “crenças” sem crenças, transvaloração dos valores humanos (Nietzsche), ímpares visões de mundo e impulsos de espíritos livres que, quase sempre, incomodam os valores moralistas ocidentais. E tudo isso numa tentativa comparativa com a herança dissimulada de tais valores no crer e ver ocidental, tendo como base as conjecturas de castas, suas premissas e seus pressupostos. Aqui, Weber delimitará a racionalidade indiana como original, tendo como efeito social uma diversidade de ideias permissivas, coexistentes e divinas, sejam elas eróticas, mágicas ou intelectuais. Dirá o alemão sobre tal cultura religiosa que a mesma surgiu sobre o substrato de uma poderosa tendência ao intelectualismo, para que assim pudesse estabelecer divinização aos diversos gêneros. E sua expressão “poderosa tendência ao intelectualismo” junto às suas conclusões sociológicas, desarma e desdobra muitas teorias e abre um leque de discursões maior do que provocara o movimento romântico, Schopenhauer e Nietzsche sobre a cultura da Índia antiga, uma vez que a tolerância religiosa e filosófica, bem como a posição da mulher e dos homossexuais, em todo caso: “infinitamente maior que em qualquer parte do Ocidente antes da Idade contemporânea”; e como em nenhum outro lugar ou cultura, complementar a Weber em seus Ensaios Sobre Sociologia da Religião, tomo II. E suas ideias cognitivas ainda se abrem para planar mais uma vez na Índia quando aponta que tal tolerância religiosa e social ali presente nada deve ou se assemelha ao que é especificamente moderno ou ocidental, ao ponto que na Índia “reinou por longos períodos com uma abrangência tal [...] que jamais se viu em parte alguma do mundo nos séculos XVI e XVII, e muito menos nas regiões onde o puritanismo era dominante”. O que caracteriza o Ocidente moderno, conclui, “é precisamente a intolerância religiosa”, uma vez que “a tolerância como tal com certeza não tem nada a ver com o capitalismo”. Conteúdo Programático: – Deuses, gêneros e a sexualidade – A divisão tradicional das castas indianas e a posição dos seres no hinduísmo; – A peculiaridade da posição religiosa e social da mulher e do terceiro sexo, juntamente com o propósito do erotismo e seus efeitos sociais. Metodologia: Apresentação descritiva, comentada e comparada.

Bibliografia: COOMARASWAMY, Ananda K. Mitos Hindus e Budistas. São Paulo: Landy Editora, 2002. DAS, Veena. Structure and Cognition: aspects of hindu caste and ritual. Delhi: Oxford University Press, 1982; DHARMASUTRA. Translated from the Original Sanskrit and Edited by Patrick Olivelle. New York: Oxford University Press, 1999; DONIGER, Wendy. Kamasutra. Oxford World's Classics. Oxford: Oxford University Press, 2002; DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus. São Paulo: EDUSP, 1997; ELIADE, Mircea. Imagens e Símbolos. São Paulo: Martins Fontes, 1991; FELIPE, Sônia Ética e Experimentação Animal. Florianópolis: UFSC, 2007; FEUERSTEIN, Georg, KAK, Subhash & FRAWLEY, David. Search of the Cradle of Civilization. Delhi: Motilal Banarsidass, 2005; FONSECA, Carlos Alberto da. A Mulher na Índia Antiga: quando se apaga a brasa do incenso. Revista Bharata, Cadernos de Cultura Indiana, v. 1, São Paulo: USP, p. 57-69, 1987; JAMISON, S. W. Sacrificed Wife / Sacrificer's Wife. Oxford: OUP, 1996; MANU-SMRTI. Versión

Castellana de V. García Calderón. *Manava-Dharma-Sastra*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos, 1924; O'FLAHERTY, Wend D. *The Rig Veda*. London: Penguin Books, 2004; OLIVEIRA, Arilson. *Max Weber e a Índia*. São Paulo: Blucher, 2009; OLIVEIRA, Gisele Pereira de. *As Faces da Devi: a mulher na Índia antiga em sacrifício, ritos de passagem e ordem social na literatura sânscrita*. Orientação de Adone Agnolin. Dissertação de Mestrado em História Social, USP, São Paulo, 2010; SMITH, Huston. *Religiões do Mundo: nossas grandes tradições de sabedoria*. São Paulo: Cultrix, 1997; WEBER, Max. *The Religion of India*. New York: Glencoe, 1958; WOLPERT, Stanley (1982). *A New History of India*. NY: OUP.

25. TRANSAS ENTRE MARIAS: RESISTÊNCIAS E SUBVERSÕES DA SEXUALIDADE FEMININA NA LITERATURA BRASILEIRA

Proponentes: Roberta Tiburcio Barbosa (Mestranda pelo PPGLI/UEPB); Fernanda Félix da Costa Batista (Mestranda pelo PPGLI/UEPB); Monalisa Barboza Santos (Mestranda pelo PPGLI/UEPB)

A sociedade patriarcal (heteronormativa, branca e de classe média e alta) buscou, ao longo dos anos, solidificar o discurso da natural inferioridade e submissão feminina (sentimental e frágil) ao domínio do homem (macho e forte). Os movimentos feministas iniciados no século XIX e impulsionados no século XX, com os métodos contraceptivos, o direito ao salário e ao voto, o feminismo negro, etc, surgiram para contestar e quebrar essa hierarquia. A contemporaneidade tem levado não somente ao debate da liberdade/direitos femininos, mas até à própria conceituação do ser mulher, com as questões da transsexualidade e da transgenericidade, desconstruindo concepções ambíguas e centralizadoras. O feminismo apresenta-se como um meio de questionamento ao lugar ocupado pela mulher na sociedade, a exemplo de Simone de Beauvoir (1908-1986) com a reflexão sobre o ser/tornar-se mulher (*O segundo sexo* - 1949), frente ao argumento machista e desigual da “ordem natural da sociedade/mulher”. As formas de contestar, resistir e subverter a ordem dominante são variadas, os movimentos de luta se apresentam em vários segmentos (artes, ativismo social, política, etc). Deste modo, a Literatura, tendo em vista a amplitude de assuntos e meios de semiotização que comporta em suas “páginas”, apresenta diversas personagens e enredos que auxiliam no processo de entendimento da mulher em seus variados contextos de vivência e de subjetividades/singularidades. Destarte, este minicurso se propõe a discutir os modos de fuga e transgressão da “ordem” articulados pelas personagens femininas na literatura brasileira. Busca-se pensar a subalternidade feminina em obras como “Clara dos anjos”(1948); discutir a liberdade/trânsito sexual da mulher ante à heteronormatividade, principalmente em uma sociedade cristocêntrica, à homofobia, e à transfobia, por meio de textos como “Madalena” (1979), de J. Herculano Pires; “Marias” (1999), de Janaína Azevedo; “Dama da noite” (1988), de Caio F. Abreu; *Máquina de pinball* (2002), de Clara Averbuck; *Suíte Dama da noite* (2009), de Manoela Sawitzki; “Com quem se pode jogar” (2011), de Luci Colin, entre outros. As obras serão relacionadas tendo como ponto de intersecção as subjetividades e socializações/interações das mulheres que as integram. Isto posto, se discorrerá a cerca do uso da Literatura como forma de enfrentamento ao domínio patriarcal e como instrumento de ascensão da singularidade feminina, constituída a partir das interações, reflexões e questionamentos que as personagens executam em cada produção. Com a realização deste minicurso espera-se alcançar uma discussão a respeito da submissão da mulher na figura/padrão familiar, pensando na repressão ao desejo e ao corpo feminino, configurada na literatura e na sociedade. Será estabelecido um entrecruzamento da Literatura com a organização social contemporânea, com vistas à desconstrução de estereótipos e à reflexão das práticas transversais de resistência executadas pelas mulheres no espaço social/político/literário. Para execução dessa proposta, utilizaremos passagens dos textos literários elencados, apresentadas em slides, em diálogo com as teorias a respeito das questões de gênero e sexualidades discutidas por Joan Scktt (1989), Guacira Lopes Louro (1997/2000), Simone de Beauvoir (1979), Richard Miskolci (2012), entre outros. Palavras-

chave: mulher, literatura, transgressão.

26. A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NOS CURRÍCULOS

Proponente: Prof. Dr^a RITA CRISTIANA BARBOSA (NIPAM/UFPB)

Transversalidade é um termo entendido na educação como uma forma de organizar o trabalho didático, na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. Diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. A Igualdade de gênero é entendida como paridade de sexo na ocupação de lugares de poder e reconhecimento de direitos e saberes específicos das mulheres, é uma reivindicação do início da segunda onda do feminismo e uma meta das políticas de desenvolvimento global desde a década de 1990. Portanto, é de suma importância pensar na transversalidade de gênero nos currículos e abordá-la como uma estratégia de superação da desigualdade de gênero. A proposta deste minicurso é discutir sobre a temática da transversalidade de gênero nos currículos para refletir porque, para que e como transversalizar a perspectiva de gênero. A discussão será norteada pelas seguintes questões: Como podemos comunicar e ensinar gênero e diversidade nas aulas? Que imagens e descrições de meninas e meninos, mulheres e homens estão sendo usadas nos livros das mais diversas disciplinas? O que elas comunicam para além dos conteúdos disciplinares? Desde a educação infantil até a universidade é necessário falar de gênero e diversidade? Como abordar em cada disciplina? Quando falamos em grandes nomes destacamos os homens? Invisibilizamos os nomes das grandes mulheres? Incentivamos características diferentes para estudantes de sexos diferentes? Incentivamos o empoderamento das meninas? Como nos posicionamos sobre os comportamentos de nossas alunas e alunos? Nossas práticas quotidianas reproduzem e referendam as hierarquias nas relações de gênero? Como vemos as manifestações da sexualidade de alunos e de alunas no cotidiano escolar? Como separar valores e ideias pessoais – sejam eles religiosos, filosóficos ou morais – dos valores inerentes aos direitos humanos e a uma educação inclusiva das diversidades sexuais e de gênero?

Serão abordados importantes argumentos em prol da inclusão da perspectiva de gênero na educação, em todos os níveis, conforme Velasco Martínez (2016): 1º por uma questão de justiça social e de justiça de gênero; 2º pela defesa da qualidade educativa; 3º para implementar o corpus normativo que propõe tal inclusão; 4º por motivos de representação e reconhecimento das mulheres na instituição. O trabalho será desenvolvido de forma dialógica, com um exercício reflexivo prático e com a utilização de textos e imagens.

27. ARTE, POÉTICA DE GÊNERO E FEMINISMO

Proponentes: Prof. Dra. Karyne Dias Coutinho (UFRN); Naara de Oliveira Martins (Arti(vi)sta do Grupo Cores Teatro; Graduada em Teatro Licenciatura pela UFRN)

Resumo: O Minicurso Arte, Poética de Gênero e Feminismo objetiva discutir as relações possíveis de serem estabelecidas entre: demandas políticas da militância feminista, a construção teórica em torno do pensamento feminista, e indagações de artistas contemporâneas que exploram esses temas. Para tanto, propõe-se identificar a diversidade de respostas artísticas que transitam entre o que se passou a chamar de três fases da arte feminista, analisando sobretudo a série de críticas à centralidade do “corpo feminino” construído como objeto de contemplação do olhar

masculino. Tal análise revela a implicação entre as produções artísticas e uma das tensões cruciais que atravessa a constituição dos distintos feminismos, permeada pela discussão entre essencialismo e construcionismo. Na esteira disso, as relações entre arte e feminismo podem ser vistas e tratadas a partir da crítica de algumas artistas que passaram a chamar a atenção para o fato de que o mundo artístico tem características predominantemente masculinas, seja pela forma naturalizada como o corpo e a sexualidade feminina são historicamente construídos no imaginário da arte ocidental, seja pela desvalorização ou essencialização das produções de artistas mulheres. Assim, o que interessa a essa proposta de Minicurso é o abalo provocado por várias artistas contemporâneas nos padrões tradicionalmente entendidos como femininos, fazendo cintilar a ideia de que há muitas formas de enunciar o feminino a partir da arte e, portanto, também na vida. Nesse sentido, destaca-se a relevância das correlações possíveis de se fazer entre uma poética desviante de gênero e a cena artística contemporânea, a partir de experiências de artistas que trabalham com um feminino polifônico em suas encenações, performances e demais trabalhos visuais. Com base no exposto, pretende-se, neste Minicurso, que o debate em torno do imaginário social (construído também pela arte), acerca do gênero lido como feminino conduza à discussão sobre uma poética de gênero, problematizando-se a separação de energias em “femininas” e “masculinas”, geralmente fixadas e tratadas em estados epistemológicos definidos de modo hegemônico. Acredita-se que a desconstrução de tais estereótipos abre possibilidades de fluidez das energias para além da lógica binária de gênero que tradicionalmente constitui os modos de ser das pessoas: uma abertura envolvida com a criação de formas múltiplas e líquidas de pensamentos e existências. Dentre as referências teóricas para o desenvolvimento das discussões aqui propostas, destacam-se Griselda Pollock, Linda Nochlin, Helena Reckitt, Peggy Phelan, Luciana Loponte, Berenice Bento, Judith Butler, entre outras. O Minicurso será coordenado por suas duas proponentes, que farão cada uma sua exposição de aproximadamente 45min, seguidas de uma roda de conversa com xs participantes, retomando-se as questões trabalhadas, bem como promovendo-se um espaço para que novas questões emergjam. Como recursos, far-se-á uso de projetor de som e imagem, para apresentação de vídeos e imagens de trabalhos artísticos. O Minicurso terá duração de 4h/a e contará com um sarau poético no final.

28. VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM ESPAÇO DE INTERCULTURALIDADE INDÍGENA

Proponentes: Glebson Wesley Bezerra da Silva (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (2017). Advogado inscrito na Seccional Pernambuco. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Direitos Humanos (GEPIDH – Mércia Albuquerque). Extensionista do DHiálogos: Ciclo de Debates sobre Sociedade e Direitos Humanos); Acacia Diniz (Advogada e Docente. Aluna especial do Programa de Mestrado em Direitos Humanos na Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Pós-Graduanda no curso de Especialização em Ciências Criminais na Faculdade ASCES. Pós-Graduanda em Gestão Pública pelo IFPE. Assessora jurídica da Empresa de Urbanização, Planejamento e Meio Ambiente de Caruaru - URB. Docente do curso de Pedagogia na Faculdade Maurício de Nassau em Caruaru - PE. Bacharel em Direito pela Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico - ASCES (2014). Membro da Comissão de Segurança Pública da Seccional OAB Caruaru, secretária da Comissão de Direito Imobiliário da mesma seccional. Pós-Graduada em Gestão da Escola e Coordenação Pedagógica - FAFICA (2012). Graduada em Pedagogia pela - FAFICA (2010). Aprovada em processo seletivo do Tribunal de Justiça de Pernambuco como Mediadora Voluntária (2016 e 2017). Levando em consideração suas conotações culturais, a violência é um fenômeno social, de tal modo, buscamos compreender a violência doméstica nas suas variáveis culturais, não menosprezando os aspectos culturais que a rodeiam e que estão ligadas aos processos e dinâmicas vivenciadas pelas mulheres. Nesse contexto que surge a Lei Maria da Penha e ao analisarmos os impactos causados por ela, temos a noção de que a referida norma

surgiu para prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, o que tem por consequência o enrijecimento do tratamento penal dados aos agressores. É neste sentido, que colocamos o conceito de gênero como uma categoria útil de análise, com relevo para a abordagem histórico-cultural e a introdução das experiências pessoais e subjetivas das mulheres. Desse modo, observando a criação da Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade em casos de interculturalidade, é possível considerar a intensificação de relação dos indígenas com os “não indígenas”. Uma vez que a violência contra a mulher indígena é um tema ainda invisível, embora haja relatos de mulheres Guarani que apanham dos homens dentro de casa, mas tudo é escondido, vedado. Dessa forma, propomos como Minicurso, a discussão acerca da temática da violência de gênero em espaços de interculturalidade. Visto que, faz-se necessário quando se fala de gênero e de sexualidade indígena, ter um olhar etnográfico com as pessoas indígenas com quem dialogam, uma vez que se é importante o conhecimento da cultura deste. O presente minicurso tem como público alvo os graduandos, graduados e pós-graduandos que tenham interesse no tema em questão.

29. A EUGENIA SE REPETE COMO FARSA? RACIALIZAÇÃO DO SEXO E A INTERSECCIONALIDADE: REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NAS ESCOLHAS AFETIVAS SEXUAIS

Proponentes: Rodrigo Ramos Lima (Doutorando no PPGHCS-COC-Fiocruz/Coletivo Diversitas,UFF); Rodrigo Reduzino (Mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF); Eliza da Silva Vianna (Doutoranda no PPGHCS-COC-Fiocruz)

Apresentamos como proposta deste mini-curso, uma análise histórica da eugenia e do racismo científico sob a perspectiva interseccional, destacando como aquilo que se considerou ciência desde a segunda metade do século XIX contribuiu para legitimar segregação racial e repressão sexual no Brasil. A reflexão de como as representações simbólicas e materiais herdadas do processo de racialização da sociedade brasileira, se apresentam até hoje nas relações sociais e nas escolhas afetivas sexuais são de grande destaque nessa análise. Pretende-se ainda, analisar de que maneiras racismo, sexismo, machismo e homofobia são discriminações distintas, mas que se encontram imbricadas perante à racialização do sexo. Acreditamos que a história da eugenia pode oferecer aos estudos de gênero, classes e questões raciais um arsenal teórico vital para abordar as continuidades e descontinuidades do pensamento eugênico no Brasil. Utilizando como principais referências bibliográficas as obras de Stephan, Bashford & Levine, 2010, WEGNER, 2013, STERN, 2010; LIMA,2016, buscamos articular as reflexões a respeito da eugenia no Brasil e na América Latina com processos recentes de patologização da sexualidade. Entre eles, destacam-se as terapias hormonais utilizadas para combater sexualidades desviantes até a década 1940. Outro episódio relevante é a epidemia de aids, iniciada na década de 1980, foi explorada por discursos que tentaram reassociar homossexualidade e doença. Assim, nossa proposta visa suscitar reflexões que nos permitam reconhecer quais mecanismos são acionados, de modo a contribuir para uma possível eugenia revivida na contemporaneidade. Sob os signos de estatutos de famílias, das inquirições que patologizam os corpos transexuais, dos genocídios da juventude negra e do ressurgimento da lógica tirânica do fazer viver, deixar morrer - os bem nascidos?-, típica dos governos tirânicos, expressa no sucateamento dos direitos salutarés como educação, saúde e respeito a vida humana da população brasileira e transnacional. As discussões serão guiadas com base na bibliografia a seguir e será esmiuçada com o recurso de exposição dialogada. Objetivamos que o minicurso sirva de fomento para a articulação do debate histórico e historiográfico da eugenia com as questões contemporâneas relacionadas à raça, gênero e classe no contexto brasileiro. Espera-se que o ocasião se desdobre em oportunidades de articular pesquisas e pesquisadores de diferentes regiões do país, além de aprofundar o debate de questão pouco explorada nos dias atuais. Ressalta-se que algumas das obras abaixo poderão ser

encaminhadas por Pdf para os inscritos.

Referências Bibliográficas: BASHFORD, Alisson & LEVINE, Philippa. The Oxford handbook of the history of eugenics. Oxford, University Press, 2010; BELUCHE, Renato. O Corte da sexualidade- O Ponto de viragem da Psiquiatria Brasileira. São Paulo, Editora Annablume; BLOOR, David. Conhecimento e imaginário social. Editora Unesp, 2008; BLUE, Ethan. The Strange Career of Leo Stanley: Remaking Manhood and Medicine at San Quentin State Penitentiary. 1913-1951. Pacific Historical Review, Vol.78, no2, Maio, 2009; CAPONI, Sandra. Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012; CARRARA, Sérgio. Estratégias Anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto.; ARMUS, Diego. (Orgs.). Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004 (Coleção História e Saúde), pp. 427-453; CÔRREA, Marisa, As ilusões da liberdade: Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005; D'AVILA, Jerry. Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo, Editora da UNESP, 2006; ENGEL, Magali Gouveia. Sexualidades interditas: loucura e gênero masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, Suplemento, jun. 2008.p.173-190; ERASO, Yolanda. "Biotypology, Endocrinology, and Sterilization: the practice of eugenics in the treatment of Argentinian women during the 1930s." Bulletin of the History of Medicine, 81.4 (2007): 793; FACHINETTI, Cristiana. A doença do prazer. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 93, 2013. p.32-34; FILHO, Sidney Aguilar. Educação, Autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2011; FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005; GREEN, James Naylor, CÉSPEDES, Carlos Manuel; QUINALHA, Renan. Ditadura e Homossexualidades. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos Volume II, Brasília: CNV, 2014; HOCHMAN, Gilberto; MAIO, Marcos Chor; LIMA, Nísia Trindade, The Path of Eugenics in Brazil: The dilemmas of miscegenation, In: The Oxford Handbook of The History of Eugenics, Oxford University Press, Oxford, 2010; LIMA, Rodrigo Ramos. "Terra de ninguém ou a terra de todo mundo"? A Opoterapia como recomendação para o tratamento de homossexuais detidos no Laboratório de Antropologia Criminal do Rio de Janeiro (1931-1951). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016; LEVINE, Philippa, BASHFORD, Alisson, The Eugenic and the Modern World, In: The Oxford Handbook of The History of Eugenics, Oxford University Press, Oxford, 2010.p.4-5; MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008; OUDSHOORN, Nelly. Beyond the natural body: an archeology of sex hormones. London, Routledge, 1995; PINTO, Pedro; NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João. Minding the body, sexing the brain: Hormonal truth and the post-feminist hermeneutics of adolescence. Feminist Theory. Vol.13(3), p.305-323. 2012; PROCTOR, Robert N. Racial Hygiene: medicine under the nazis. London; Harvard University Press, 1998; STEPAN, Nancy Lens. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005; _____. Eugenia no Brasil: 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz (Coleção História e Saúde), 2004. p. 331-391; STERN, Alexandra. Gender and Sexuality: a global tour and compass. In: The Oxford Handbook of The History of Eugenics, Oxford University Press, Oxford, 2010; ROBERTS, Celia. A matter of embodied fact. Sex hormones and the history of bodies. Feminist Theory, London. Vol.3(1), 2002, p.7-26; ROHDEN, Fabíola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009; _____. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., 2008, p. 133-152; SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2012; SANTOS, Ana Lucia. Para lá do binarismo? O intersexo como desafio epistemológico e político. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 102, 2013; SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul. /dez. 1995; WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro.v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p.263-288.

30. CONHECENDO A LINGUÍSTICA QUEER

Proponente: Dr. Iran Ferreira de Melo (UFRPE)

Resumo: Este minicurso objetiva oferecer discussões sobre um paradigma recente dos estudos da linguagem: a Linguística Queer (LQ). Essa nova perspectiva ocupa-se das relações entre a linguagem e as expressões de sexualidade e de gênero não hegemônicas, a partir do arcabouço teórico da Teoria Queer (BUTLER 1990, 1999, 2003a, 2003b; JAGOSE 1996; PRECIADO 2000), mas também fornecendo subsídio para essa abordagem. Seguindo uma perspectiva não-essencialista das identidades sexuais e de gênero, a LQ defende que, em vez de uma realidade pré-discursiva, essas identidades emergem de contextos socioculturais e só podem ser entendidas como produtos/efeitos de performances semióticas que reproduzem ou subvertem ideologias que trancafiavam as posições de sujeito em binarismos como homem/mulher, hetero/homo. Neste minicurso, desenhamos um panorama dos principais conceitos e princípios desse novo campo. Desenvolveremos uma didática expositiva e aguardamos que todos os participantes não só logrem o máximo possível desse encontro, mas também consigam utilizar os componentes epistemológicos da LQ para pesquisas interdisciplinares e para a compreensão mais crítica sobre o mundo.

31. PERFORMANCES DE GÊNERO ‘ATRAVESSADAS’ NO CINEMA E NO JORNALISMO

Proponente: Clarissa GONZALEZ (Pós-doutora/UFRJ. Núcleo de Estudos em Discursos e Sociedade/UFRJ)

Este minicurso se propõe a discutir a maneira como performances de gênero atravessadas, aqui compreendidas como aquelas não binárias, aquelas que não se enquadram nos preceitos cis e heteronormativos do ‘homem’ branco de classe média (LOPES, 2006), são abordadas pelos/nos meios de comunicação de massa, especialmente no cinema e no jornalismo. Em um breve panorama, repassaremos como, desde os primórdios (início do século XX), o cinema comercial retratou, majoritariamente, práticas travestis/cross-dressers/transexuais: assim como o fez com as performances de homossexualidade, optou, na maioria das vezes, por (ab)usar do tom jocoso, além de puni-las, vilanizá-las, patologizá-las, monstrualizá-las, armarizá-las e/ou vitimizá-las (GONZALEZ & MOITA LOPES, 2015). O jornalismo incorreu por caminho semelhante ao produzir narrativas noticiosas sobre performances de gênero ‘atravessadas’. Resquícios dessas práticas se estendem até hoje, como o caso Verônica Bolina sinaliza. Este, por certo, será contemplado de forma a ilustrar alguns dos pontos aqui levantados. Objetiva-se, assim, discutir como as pedagogias desses ‘mass media’, formadores e refletores de opinião (GONZALEZ & MOITA LOPES, 2016), afetam nossas práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: LOPES, Denílson. ‘Cinema e gênero’. In: MASCARELLO, Fernando (org.). História do cinema mundial. Campinas: Papirus Editora, 2016; GONZALEZ, C & MOITA LOPES, L. P. ‘Performance multimodal de Agrado em ‘Tudo sobre minha mãe’’. RBLA, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p.679-708, 2016; GONZALEZ, C.; MOITA LOPES, L. P. Posicionamentos interacionais mobilizados por Tudo sobre minha mãe na rede social Filmow. Delta, v. 31, n. 2, p. 473-503, 2015.

32. LITERATURA DE “MINORIAS” ÉTNICAS E SEXUAIS E A SALA DE AULA: A ESTÉTICA DA RECEPÇÃO E O LETRAMENTO CRÍTICO

Proponente: Gisele Pereira de Oliveira (UPE, Dra. em Letras (UNESP))

A literatura escrita por “minorias” étnicas e sexuais aborda a representação de xis índixs, mulheres, negrxs, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais perante a sociedade e a literatura. A escrita dessas minorias mescla-se com os problemas sociais e políticos reais. Embora sejam muitxs xs

autorxs e as obras – merecedoras de exaltação por possuir todos os critérios que a crítica define para uma boa obra –, não recebem destaque, muito pelo contrário, suas vozes são silenciadas. Esse minicurso propõe a discussão sobre a leitura dessa literatura através da estética da recepção com vistas à formação dx leitor/x. A estética da recepção permite que os leitores dialoguem com o texto a partir de seu conhecimento prévio; efetuando leituras em rede, acionando a memória, permitindo o acesso ao imaginário e à intuição. A poesia, o conto e a crônica se mostram atrativos como objeto de estímulo e meio para o letramento crítico por sua menor extensão – se comparados com romances, por exemplo. Além disso, a concisão desses gêneros, a arte de dizer muito em poucas palavras, o aspecto lúdico com que x autor/x maneja a língua propiciam compreensões importantes acerca do funcionamento e das inúmeras possibilidades criativas que a língua oferece. Assim, a aproximação da literatura das “minorias” étnicas e sexuais com a estética da recepção nos propiciará uma profícua reflexão sobre as práticas de leitura no ambiente escolar e fora dele. Consideraremos concomitantemente questões de gênero, etnia, nação e identidade, amparadas pela teoria da literatura e, quando necessário, pela Sociologia e pela História. Dessa forma, iremos apreender através das vozes e dos silêncios, da representatividade e da ausência, das representações e das realidades tangíveis, as formas pelas quais xs autorxs problematizam questões sociais, existenciais e metalinguísticas, visando uma abrangente formação de leitores críticos. A literatura escrita por “minorias” étnicas e sexuais não consta ou não está suficientemente presente no espaço escolar ou na mídia. Dessa forma, o minicurso visa revisar e pensar métodos e conteúdos para instrumentalizar professorxs e leitorxs para: 1) se atentarem da (não) presença dessa literatura no material escolar; 2) estarem familiarizados um pequeno número de autorxs contemporâneos; 3) compreenderem a urgência e relevância da representatividade, da visibilidade e da, conseqüente, reflexão sobre a diversidade e do direito e importância de uma consciência e prática inclusivas na sociedade. Portanto, esse minicurso se debruça sobre a formação de leitores, a partir de metodologias de ensino de manejo da prosa produzida por minorias, visando refletir sobre a importância social tanto do letramento crítico, como da diversidade e sua representatividade e visibilidade.